

A 11ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, em decisão monocrática do Desembargador Relator LUIS GANZERLA, nos autos da Apelação de nº 340.978.5/0-00, em ação ajuizada por esta Assessoria Jurídica, julgou improcedente recurso da Unesp, garantido a um Servidor do Campus de Botucatu, o pagamento da diferença de vencimentos entre a função original e a função de fato exercida.

A decisão monocrática é uma via processual onde o Relator decide o Recurso de plano, sem a necessidade de votação dos outros dois Desembargadores da Turma, quando o entendimento sobre matéria objeto do julgamento encontra-se consolidado no âmbito dos Tribunais.

Essa decisão mostra-se importante, pois como afirmado, demonstra a posição majoritária do Tribunal de Justiça sobre o assunto, transcrevendo-se abaixo a ementa da decisão:

**"SERVIDOR PÚBLICO - DESVIO DE FUNÇÃO - DIFERENÇA DE VENCIMENTOS - ADMISSIBILIDADE -Vedar a partir do desvio de funções do servidor, o reenquadramento fucional sem concurso público ou, ainda, a incorporação da deiferença de vencimentos, não significa, entretanto, que o Estado possa locupletar-se, de maneira indevida, com o fato de um serviodr exercer funções diversas das inerentes a seu cargo, e omitir-se de pagar a diferença das remunerações entre os cargos, a título de indenização, sob pena de enriquecimento sem causa do Estado".**



**MICHELÃO RIBEIRO**  
**ADVOGADOS ASSOCIADOS**

Também confirma várias outras já proferidas em Instâncias menores, em ações patrocinadas por esta Assessoria Jurídica, sedimentando o entendimento do judiciário de que o desvio de função é um ato ilícito praticado pela administração, todavia não permitindo ao servidor o acesso ao cargo com vencimento superior ou a incorporação desses vencimentos, pois é inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado a seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

Porém garante o pagamento da diferença de vencimentos dos cargos ao servidor, corrigida monetariamente, acrescida de juros de mora e demais reflexos, pois, do contrário ocorreria o enriquecimento ilícito da administração às custas do trabalho do servidor.

A decisão também serve de alento em relação ao entendimento de algumas Varas da Fazenda Pública que têm julgado improcedentes algumas ações de desvio de função, e que poderão ser reformadas em grau de recurso pelo Tribunal de Justiça.